

EXCLUSIVE

www.feedfood.com.br

ANO 12 - Nº 133 - MAI 18

feed & food

PORTA-VOZ DA INDÚSTRIA DA CARIÓTIPO DE PROTEÍNA ANIMAL

Ciasulli
EDITOR



JUNTOS ELES FAZEM ACONTECER

PRESTES A COMPLETAR 30 ANOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO ANIMAL, POLI-NUTRI APRESENTA NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TRAÇA METAS ARROJADAS PARA O FUTURO. PERSPECTIVA DA COMPANHIA É CONTINUAR SENDO PREFERENCIAL NO MERCADO, INVESTINDO EM NOVAS TECNOLOGIAS E RECURSOS HUMANOS

BIOSSEGURANÇA NA PRODUÇÃO AQUÍCOLA

ITAMAR ROCHA

O grande potencial da aquicultura como fonte imprescindível de alimentos para contribuir com a segurança alimentar, nutricional e a redução da pobreza tem sido prejudicado significativamente, na maioria dos casos pelos efeitos nefastos das doenças virais e bacterianas. Em realidade, nas três últimas décadas, a cada três e cinco anos o setor tem enfrentado uma série de desafios relacionados ao aparecimento e/ou reaparecimento dessas doenças.

Embora as medidas para prevenir e reduzir os impactos das doenças que afetam a aquicultura tenham sido postas em práticas pelas partes interessadas (governo, produtores e academia), parece que estes esforços não têm logrado, de forma eficiente, a solução dos problemas causados por enfermidades que desafiam a sustentabilidade da produção de um alimento cuja demanda cresce continuamente.

Os necessários recursos humanos e as capacidades de infraestrutura para se contrapor aos desafios dessas doenças não estão conseguindo acompanhar o rápido desenvolvimento do setor. Um dos motivos para essa disparidade é a grande diversidade do setor aquícola, com mais de 500 espécies cultivadas em todos os tipos de ambientes (água doce, salobra e marinha), sistemas de produção (larvicultura, berçário, engorda, viveiros com sistema de recirculação, tanques redes, aquicultura multitrófica integrada, policultivo, etc), bem como, estratégias de manejo (extensivo, intensivo), tamanho da operação (variando de fundo de quintal e subsistência para operações de pequena, média e grande escala). As partes interessadas e as empresas envolvidas na cadeia

de suprimentos/valores também são muito importantes, sendo que cada segmento se constitui uma real fonte de risco.

Nesse contexto, por iniciativa da FAO e Banco Mundial, com a participação de dezenas de órgãos e empresas, incluindo a ABCC, esse assunto foi motivo de uma ampla discussão em reunião realizada esse ano na sede do Banco Mundial, em Washington, D.C. (EUA), entre os dias 10 e 12 de abril.

Em realidade, tratou-se de uma proposta sobre uma Via de Gestão Progressiva (PMP), como uma ferramenta para auxiliar países a implementarem níveis apropriados e sustentáveis de gestão de riscos nos seus sistemas de produção aquícola. A PMP para Biossegurança da Aquicultura (PMB-AB) é uma extensão da abordagem de Vias de Controle Progressivo (PCP), que tem sido internacionalmente adotada para auxiliar países a implementar estruturas sistemáticas para planejar e monitorar estratégias de redução de risco, visando controlar as principais doenças bovinas e zoonóticas.

A maioria das PCPs estão relacionadas ao controle de uma única doença ou complexo de doenças. Em contraste, a PMP foca na construção de uma capacidade de gerenciamento por meio de uma abordagem de baixo para cima, com forte envolvimento das partes interessadas para promover a aplicação da gestão de risco a nível do produtor como parte da abordagem nacional.

Nesse sentido, as fases iniciais da PMP focam no estabelecimento de estruturas nacionais de coordenação que garantam o engajamento dos produtores e outras partes interessadas no desenvolvimento de estratégias (fase 1), com a aplicação da estratégia a nível do produtor sendo uma expectativa chave na fase 2. Níveis suficientes de aplicação por parte dos produ-





COM A PARTICIPAÇÃO DE DEZENAS DE ÓRGÃOS E EMPRESAS, INCLUINDO A ABCC, A BIOSSEGURANÇA FOI MOTIVO DE UMA AMPLA DISCUSSÃO EM REUNIÃO REALIZADA ESSE ANO NOS ESTADOS UNIDOS POR INICIATIVA DA FAO E BANCO MUNDIAL

tores de Planos de Ação de Biossegurança (BAP) devem então permitir, na fase 3, a obtenção de níveis nacionais de redução de doenças específicas para assegurar que um sistema efetivo de biossegurança nacional está implementado. Nessa fase, a capacidade de defender invasões de uma série de doenças deve ser desenvolvida. E na fase 4, um conjunto completo de competências de gestão deve estar em operação, proporcionando confiança nacional e internacional para declarações relacionadas a saúde da aquicultura e ecossistemas, suficientemente fortes para reduzir o surgimento de novas doenças, além de prevenir, detectar e responder a ameaças. Esta última fase permitiria atingir os princípios de “Saúde Única”, para a proteção da saúde dos ecossistemas bem como da saúde animal e da saúde humana, incluindo segurança alimentar e meios de subsistência sustentáveis e resilientes por meio da aquicultura.

Nesse contexto, a participação da ABCC teve como destaque as informações de que no Brasil, ao longo dos últimos 20 anos, o setor carcinicultor, que sempre priorizou a adoção de um rígido controle sanitário, contando com o decisivo apoio do MAPA, por meio da IN nº 19/1999 (MAPA), que restringiu as importações de crustáceos e seus derivados, em contrapartida, desenvolveu e implementou códigos de conduta e Medidas de Biossegurança extensivos à toda cadeia produtiva da carcinicultura.

Paralelamente, foi priorizado pela

ABCC a implementação de um amplo e fundamentado programa de capacitação de micros (60%) e pequenos (15%) produtores, envolvendo “boas práticas de manejo” e “medidas de biossegurança”, tendo como resultado, tanto o destaque na liderança mundial de produtividade como das participações diferenciadas nas importações de camarão marinho cultivado dos principais mercados mundiais: EUA – 2003 e EU – 2004.

Da mesma forma, foi destacado que a recém-criada e regulamentada Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP-PR, passou a deter o controle sanitário da aquicultura e da pesca, incluindo a análise de risco para as sequenciais autorizações dos pleitos de importações de pescado, vivos ou congelados, tendo assumido compromisso com o setor pesqueiro, de que as importações de crustáceos e demais novos produtos de pescado, se submeterão a uma rígida e contemporânea Análise de Risco de Importações (ARI), conforme o Decreto 9.330/2017 - Art. 44-A. Compete à SEAP-PR: V – a elaboração de análise de risco de importação referente a autorizações para importações de produtos pesqueiros vivos, resfriados, congelados e derivados. ■

ITAMAR ROCHA

é engenheiro de Pesca CREA 7226-D/PE; consultor da ABCC; diretor do DEAGRO; conselheiro do COSAG / FIESP e presidente da MCR Aquicultura.